



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

#### **CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM-ES

- **OBJETO**

**Aquisição Eventual De Equipamento De Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC**

- **Dotação orçamentária:**

**00290-170400000000-AAAA - MATERIAL DE CONSUMO**

- **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 1.138.444,62 (um milhão cento e trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 03/06/2025 às 10:00h (horário de Brasília)**

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO TOTAL DE CADA ITEM, sob pena de desclassificação**

- **MODO DE DISPUTA:**

[aberto e fechado]



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

#### EDITAL

Torna-se público que O MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Domingos José Martins, s/nº, Centro, Itapemirim, inscrita no cadastro do Ministério da Fazenda CNPJ sob o nº 27.174.168/0001-70, representada pelo Exmo. Prefeito Municipal, GÊNESIS ALVES BECHARA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, representada pelo seu titular, por meio do Departamento Geral de Processos Licitatórios, na pessoa do Agente de Contratação que abaixo subscreve, designado pelo Decreto Municipal nº. 21.221/2025, e respectiva equipe de apoio, conforme Portaria 001/2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, conforme Decreto Municipal nº 20.120/2024, no sistema de Registro de Preços, de acordo com Decreto Municipal nº 20.045/2023, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** - O presente Pregão será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

**1.2** - Os atos desta serão documentados no respectivo processo administrativo, com vistas à aferição de sua regularidade.

**1.3** - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e".

**1.4** - **INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: Dia 21/05/2025.**

**1.5** - **ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 09:30 HORAS DO DIA 03/06/25.**

**1.6** - **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: ÀS 10:00 HORAS DO DIA 03/06/2025.**

**1.7** - Formalização de consultas: Observado o prazo legal (três dias úteis antes da abertura da sessão), os interessados poderão formular consultas pelo E-mail: [licitacao@itapemirim.es.gov.br](mailto:licitacao@itapemirim.es.gov.br), informando o número do Pregão Eletrônico. Contatos podem ser realizados pelo Telefone: (28) 3529-6323.

**1.8** - Endereço para envio de correspondências: Praça Domingos José Martins, s/n, Centro,



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

ITAPEMIRIM - ES, CEP: 29330-000.

**1.9** - Agente de Contratação responsável: **Geremias Silva de Góes.**

## **2. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES-E**

2.1 Os Licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor para realização do Pregão Eletrônico.

2.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País, através de um cadastramento simplificado.

2.3 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da ADMINISTRAÇÃO municipal, devidamente justificadas.

2.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

2.5 O credenciamento do Licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

## **3. DO OBJETO E VALOR**

O objeto da presente licitação é a **Eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual -EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e pertencentes ao ramo do objeto licitado, nos seguintes termos:

**Para os LOTES 70 e 60 (cota principal) - os interessados que atendam aos requisitos do edital;**

**Para os LOTES 75 e 76 (Cota Reservada) - somente às empresas enquadradas como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 3º e 18º-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/14, sem prejuízo de sua participação no lote principal; com o valor máximo a ser contratado de R\$ 109.500,00 (cento e nove mil e quinhentos reais).**



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

**3.3.3. Para os LOTES 1 a 59; 61 a 74 (Cota Exclusiva) - somente às empresas enquadradas como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Microempreendedor Individual - MEI, nos termos do art. 3º e 18º-E, ambos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/14, sem prejuízo de sua participação no lote principal.**

3.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.2. *Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e pertencentes ao ramo do objeto licitado.*

3.3. *Na hipótese de não haver propostas para os itens de cota reservada destinado exclusivamente às ME, EPP, esses serão remanejados para as empresas participantes dos lote principal, nos mesmos valores arrematados.*

#### **4. DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

5.1. Poderão participar do certame os interessados que atenderem à todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, possuidores de chaves de identificação e senha fornecidas pelo provedor, ainda, empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, que atenderem a todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e pertencentes ao ramo do objeto licitado.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. Para os itens 3 e 4 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.5. Não poderão disputar esta licitação:

5.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego,



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O impedimento de que trata o item 5.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.5.2 e 5.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.9. O disposto nos itens 5.5.2 e 5.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.11. A vedação de que trata o item 5.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema ou por declaração assinada, que:

6.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 6.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.1.1. VALOR GLOBAL DE CADA ITEM, sob pena de desclassificação;**

7.1.2. Marca;

7.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo do item.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 7.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.8.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de no mínimo ser *de 0,01*;
- 7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

#### **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.5. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR GLOBAL DE CADA ITEM. LANCES COM VALORES UNITÁRIOS PODERÃO SER DESCLASSIFICADOS.**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

8.8.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 8.10.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.10.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.10.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.10.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.10.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

8.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.18.2.2. empresas brasileiras;

8.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **9. DA FASE DE JULGAMENTO**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 9.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 9.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 9.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

9.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

#### **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser inseridos na plataforma digital, sendo de total responsabilidade dos licitantes sua veracidade, assumindo as responsabilidades civis e penais de sua declaração:



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**

**10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

**10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

10.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

10.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência deverão ser inseridos juntamente com todos os demais documentos.

10.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

#### **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br).

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5. fraudar a licitação
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 2% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, na plataforma e/ou e-mail: [licita\\_pmi@hotmail.com](mailto:licita_pmi@hotmail.com)

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **16. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

Será de acordo com a solicitação da SEMASCI, conforme estipulado no item 6 do Termo de referencia anexo ao Edital.

#### **17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

17-1 O pagamento deve ser requerido pelo CONTRATADO via processo administrativo protocolado no Protocolo Virtual da Prefeitura de Itapemirim, onde deve ser anexada a Nota Fiscal e demais documentos pertinentes aos serviços, se houver;

17-2 A inclusão, por parte do CONTRATADO, de novos documentos ao processo virtual, seja para complementação ou alteração, solicitados ou de forma espontânea, deverá ser realizada



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

por meio do Protocolo Virtual da Prefeitura de Itapemirim, excetuado os casos a serem definidos pela contratante;

173 A liquidação da despesa será realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

17-4 Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto, o fiscal da contratação deverá encaminhar imediatamente para os setores competentes.

17-5 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa

17-6 Na emissão da Nota Fiscal, o CONTRATADO deverá descrever: o objeto, obrigatoriamente, em conformidade com a descrição contida em sua proposta; o número do processo que originou a contratação; número do contrato; número da Ordem de Serviços; e dados bancários, com indicação do banco, agência e conta-corrente.

17-7 A Nota Fiscal ou Documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;
- II. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;
- III. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto contratado;
- IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- V. Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- VI. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Municipal de Vitória.
- VII. Prova de Regularidade com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo.

17-8 Para atesto da execução serão observados os seguintes aspectos:

- a) Critério de Avaliação: EXECUÇÃO;
- a) Tipo de pagamento: POR DEMANDA.

17-9 A(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser emitida(s) para cada fonte de recurso, com a razão social, CNPJ e endereço completo do órgão requisitante, constantes no Ordem de Serviços.

17-10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17-11 Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da CONTRATADA, ela será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

17-12 Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de alguma forma, prejudicar o requisitante;

I. Inadimplência de obrigações assumidas pelo fornecedor para com o Município de Itapemirim, por conta do estabelecido neste Termo de Referência;

II. Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s).

17-13 É vedada a antecipação de pagamentos sem a contraprestação.

17-14 É expressamente vedada a contratação a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.

17-15 A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento das obrigações aqui assumidas, facultando o exercício do contraditório.

17-16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser atualizado monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.1-1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

18.1-2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.1-3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.1-4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 18.1-5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 18.1-6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 18.1-7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 18.1-8 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 18.1-9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 18.1-10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 18.1-11 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 18.1-12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 18.1-13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 18.1-14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 18.1-15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- 18.1-16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 18.1-17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 18.1-18 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

18.1-19 Não permitir à subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

#### **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

19.1 São obrigações da CONTRATANTE:

19.1-1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

19.1-2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

19.1-3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

19.1-4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

19.1-5 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

19.1-5-1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

19.1-5-2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

19.1-5-3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

19.1-5-4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

19.1-6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

19.1-7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

19.1-8 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

#### **20- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

20.1. A gestão e fiscalização da presente aquisição será exercida de acordo com itens 7 e 8 do Termo de referencia anexo ao Edital.

#### **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a) Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- b) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- c) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- d) A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- e) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- f) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- g) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- h) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- i) Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- j) O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na Plataforma do Banco do Brasil - "licitações-e" e no site [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

#### **22. TERMO DE REFERÊNCIA É PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL, DEVENDO SEREM OBSERVADAS AS ORIENTAÇÕES NELE INSERIDAS.**

22.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Itapemirim-ES, 19 de maio de 2025

**GEREMIAS SILVA DE GÓES**

Agente de Contratação PMI



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

#### 1 - OBJETO (ORÇAMENTO MÉDIO)

##### 1. OBJETO

Eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

	<b>Codigo</b>	<b>Especificação</b>	<b>Marca</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant Min</b>	<b>Quant Máx</b>	<b>Unit</b>	<b>Valor Total</b>
1.	00029879	CALÇA TAMANHO EXGG  Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	9	97	83,28	8,078,16
2.	00029877	CALÇA TAMANHO G  Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	35	357	83,28	29,730,96
3.	00029878	CALÇA TAMANHO GG  Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	21	215	83,28	17,905,20
4.	00029876	CALÇA TAMANHO M  Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	25	258	83,28	21,486,24
5.								



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00029875	CALÇA TAMANHO P Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	12	120	73,28	9,993,60
6.	00041951	CALÇA TAMANHO XGG Calça tadel/flexível, amarela ou azul marinho, conforme requisitado pela secretaria solicitante, com faixa refletiva na altura do joelho. Com bolsos frontais a esquerda e direita e bolso traseiro. cintura com elástico.		UNI	9	95	83,28	7,911,60
7.	00025706	AVENTAL DE RASPA Tiras em raspa para ajuste no pescoço e na cintura presas por meio de arrebites e fivelas metálicos para ajuste.		UNI	4	40	55,10	2,,204,00
8.	00037456	AVENTAL DE RASPA TIPO BARBEIRO Avental de Raspa com Mangas tipo Barbeiro com e sem emenda, confeccionado em raspa de couro bovino curtido ao cromo, costurado com fio 100% algodão ou aramida com tiras laterais em raspa para fixação e ajuste do avental, com elásticos de ajuste nas costas e no cano da manga.		UNI	4	40	149,31	5,972,40
9.		PROTETOR SOLAR FPS70 Protetor solar (corpo) FPS 70, frasco com 200 ml com fórmula não gordurosa, fácil absorção, ultra resistente a água com 2 horas de proteção, à prova d'água e suor. Proteção imediata até dentro d'água e suor. Proteção eficaz contra os raios UVA e UVB textura leve (oil free) que deixa a pele respirar, conter vitamina E que deixa a pele mais hidratada indicado para pele sensível. Observação: o produto a que se refere esta especificação deve, obrigatoriamente,		UNI	85	850	46,79	39,771,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00041447	atender às determinações da anvisa (agência nacional de vigilância sanitária)						
10.	00037314	BONE EM BRIM BONE EM BRIM, NA COR AZUL- ESCURO, COM LOGOTIPO FRONTAL PMI.	UND	44	440	39,21	17,252,40	
11.	00037480	BONE EM BRIM COM PROTETOR DE PESCOCO boné em brim com protetor de pescoço - em brim, na cor azul-escuro, com o logotipo frontal PMI, com protetor de pescoço/cobertura removível, permitindo adaptação conforme a necessidade.	UNI	41	415	42,89	17,799,35	
12.	00022909	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 35 Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster ,vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 35. Apresentar C.A.	PAR	1	15	75,33	1,129,95	
13.	00037542	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 36 Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster ,vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 36. Apresentar C.A.	PAR	2	20	75,33	1,506,60	
14.	00020525	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 40 Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 40. Apresentar C.A.	PAR	17	170	75,33	12,806,10	
15.	00020526	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 41 Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 41. Apresentar C.A.	PAR	13	130	75,33	9,792,90	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

16.	00020527	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 42  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster na preta, vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr.42. Apresentar C.A.		PAR	15	153	75,33	11,525,49
17.	00020528	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 43  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 43. Apresentar C.A.		PAR	8	80	75,33	6,026,40
18.	00037544	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº 44  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 44. Apresentar C.A.		PAR	8	82	75,33	6,177,06
19.	00037543	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº37  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster , vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 37 . Apresentar C.A.		PAR	4	40	75,33	3,013,20
20.	00020523	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº38  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster , vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 38 . Apresentar C.A.		PAR	7	72	75,33	5,423,76
21.	00020524	BOTA EM BORRACHA CANO LONGO Nº39  Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster, vulcanizada, com Forro,Cano longo Nr. 39. Apresentar C.A.		PAR	8	87	75,33	6,553,71



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

22.	00022910	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 35 reforçado com três costura, bidensidade, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais – solado de borracha nitrilica – Nr. 35. Apresentar C.A.	PAR	2	23	99,26	2,282,98
23.	00004078	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 36 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 36. Apresentar C.A.	PAR	6	60	99,26	5,955,60
24.	00004079	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 37 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 37. Apresentar C.A.	PAR	23	230	99,26	22,829,80
25.	00004080	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 38 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 38. Apresentar C.A.	PAR	11	111	99,26	11,017,86
26.	00004081	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 39 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 39. Apresentar C.A.	PAR	11	112	99,26	11,117,12
27.	00004082	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 40 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 40 . Apresentar C.A.	PAR	14	146	99,26	14,491,96
28.	00004083	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 41 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais: solado de borracha nitrilica Nr. 41. Apresentar C.A.	PAR	14	147	99,26	14,591,22



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

29.	00004084	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 42 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 42. Apresentar C.A.	PAR	19	195	99,26	19,355,70
30.	00004271	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 43 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 43. Apresentar C.A.	PAR	19	195	99,26	19,355,70
31.	00004272	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 44 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais solado de borracha nitrilica Nr. 44. Apresentar C.A.	PAR	11	112	99,26	11,117,12
32.	00037473	CALÇA DE CHUVA - TAMANHO EXGG Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.	UNI	11	118	133,85	15,794,30
33.	00037470	CALÇA DE CHUVA - TAMANHO G Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.	UNI	5	211	133,85	28.242,25
34.		CALÇA DE CHUVA - TAMANHO GG Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do				133,85	38,816,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037471	joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.		UNI	29	290		
35.	00037469	CALÇA DE CHUVA - TAMANHO M  Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.		UNI	18	187	133,85	25.029,95
36.	00037468	CALÇA DE CHUVA - TAMANHO P  Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.		UNI	20	205	133,85	27,439,25
37.	00037472	CALÇA DE CHUVA - TAMANHO XGG  Calça impermeável em tecido 100% impermeável tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro com faixa refletiva na altura do joelho, com bolso interno, elástico na cintura e cordão de regulagem, nas extremidades das pernas, regulagem com elástico redondo e trava de plástico com dois furos.		UNI	4	45	133,85	6.023,25
38.		CAMISA MANGA CURTA - TAMANHO EXGG  Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta; Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla		UNI	4	85	69,00	5.865,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037511	PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que nao deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.						
39.	00037508	CAMISA MANGA CURTA - TAMANHO G Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta; Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que nao deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	8	255	68,45	17.454,75
40.	00037509	CAMISA MANGA CURTA - TAMANHO GG Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta; Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que nao deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	31	312	68,47	21.362,64
41.		CAMISA MANGA CURTA - TAMANHO P Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta;		UNI	8	87	68,47	5.956.89



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037506	Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva;  Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.						
42.	00037510	CAMISA MANGA CURTA- TAMANHO EGG  Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta;  Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva;  Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	8	83	68,47	5.686,01
43.	00037507	CAMISA MANGA CURTA- TAMANHO M  Confeccionado em malha fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa reflexiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria solicitante; manga curta; Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva;  Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	22	227	68,47	15.542,69
44.		CAMISA MANGA LONGA (COM PROTECAO UV)  TAMANHO EXGG  Confeccionado em malha específica					83,99	8.818,95



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037512	fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa refletiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria. Manga longa. Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	10	105		
45.	00037491	CAMISA MANGA LONGA (COM PROTECAO UV)  TAMANHO G  Confeccionado em malha especifica fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa refletiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria. Manga longa. Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	34	345	83,99	28.978,55
46.	00037490	CAMISA MANGA LONGA (COM PROTECAO UV)  TAMANHO M  Confeccionado em malha especifica fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa refletiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria. Manga longa. Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	21	215	83,99	18.057,85
47.		CAMISA MANGA LONGA (COM PROTECAO				85	83,99	7.139,15



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00041947	UV)  TAMANHO P  Confeccionado em malha específica fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa refletiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria. Manga longa. Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	8			
48.	00041949	CAMISA MANGA LONGA (COM PROTECAO UV)  TAMANHO XGG  Confeccionado em malha específica fria/leve com proteção Mínima UV 30; faixa refletiva na altura do peito com gola redonda ou em V, conforme requisitado pela secretaria. Manga longa. Brasão e sigla da PMI frontal (lado esquerdo) no bolso e sigla PMI nas costas, acima da faixa refletiva; Malha de boa qualidade que não deforma e que absorva a transpiração; Cores: amarela ou azul marinho conforme requisitado pela secretaria solicitante.		UNI	12	125	83,99	10.498,75
49.	00037479	CAPA DE CHUVA - TAMANHO EXGG  Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	5	50	35,91	1.795,50
50.		CAPA DE CHUVA - TAMANHO G					35,91	7.361,55



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037476	Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	20	205		
51.	00037477	CAPA DE CHUVA - TAMANHO GG  Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	19	195	35,91	7.002,45
52.	00037475	CAPA DE CHUVA - TAMANHO M  Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	15	150	35,91	5.386,50
53.	00037474	CAPA DE CHUVA - TAMANHO P  Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	3	30	35,91	1.077,30
54.		CAPA DE CHUVA - TAMANHO XGG					35,91	2.082,78



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00037478	Capa de chuva tipo jaqueta fechada com manga longa com regulagem nas extremidades (regulagem em elástico redondo e trava de plástico com dois furos). Capuz com fechamento com cordão. Material 100% impermeável em tecido tipo nylon para-quedas, na cor azul escuro, com faixa refletiva nas costas e a descrição PMI, costuras seladas.		UNI	5	58		
55.	00011871	<p>CAPA DE CHUVA PONCHO IMPERMEAVEL</p> <p>Poncho Impermeável - Capa de Chuva - Emborrachado - Padrão RUE - EB</p> <p>Poncho, Capa de Chuva, confeccionada em Tecido 100% Poliéster, Resinado, Sem Forro.</p> <p>Material Emborrachado.</p> <p>Fechamento por Dois Botões em Cada Lateral; Pentilho com Fechamento Através de Dois Botões, possibilitando melhor ajuste; Capuz com Regulagem Através de Cordão, Estilo Cadarço;</p> <p>- aterial: Nylon resistente emborrachado.</p> <p>- otalmente impermeavel.</p> <p>ITENS INCLUSOS:</p> <p>Conteúdo da embalagem:</p> <p>01 Poncho, Capa de Chuva Emborrachado Impermeável.</p> <p>DIMENSÕES:</p> <p>- omprimento do Capuz até em</p>		UNI	8	80	113,97	9.117,60



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

		baixo: 1,6 metro. - argura: 1,4 metro - eso: 350 gramas Tamanho Único.  *Medidas aproximada						
56.	00041946	CINTO DE ANCORAGEM COM DOIS ANEIS  Fita de maior largura que garante um bom acoplamento aos galhos. posicionamento correto da corda. Anéis de tamanho diferentes, reforçadas.  Material: Fita plana de poliéster de alta tenacidade com reforços de fita tubular nas extremidades Cor: Laranja com reforços em preto. Tamanhos: 120cm 170cm.  Costuras: Zig-zag, realizadas em máquinas automáticas que permitem um maior controle da qualidade e melhor desempenho.  Anéis: Em formato "O" confeccionados em aço, com diâmetros internos de 29 e 47 mm respectivamente		UNI	6	65	300,47	19.530,55
57.		CINTO DE SEGURANCA ELETRICISTA 4 PONTOS  Cinto de segurança tipo paraquedista com quatro pontos de ancoragem, confeccionado em fita de material sintético (poliéster), acolchoado na cintura e nas pernas. Possui 3 argolas em D, sendo duas localizadas na lateral do cinturão para posicionamento e uma dorsal no centro das costas na altura dos ombros para ancoragem de proteção contra queda. Possui ponto frontal na altura do peito para ancoragem de proteção contra queda e um ponto abdominal para posicionamento e/ou conexão de descensores, ambos					410,05	36.904,50



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

	00024133	confeccionados em fita. Contém 11 fivelas duplas, 2 para ajuste das pernas, 2 para ajuste de cintura, 2 para ajuste dos suspensórios, 2 para ajuste da conexão entre a cintura e as pernas na parte traseira, 1 para vestimenta na cintura e 2 para vestimenta nas pernas. Conta com duas alças de porta material.		PÇ	9	90		
58.	00041955	CONTE PLÁSTICO COM 75 CM, BASE EM PVC, REFLETIVO  cone injetado em polietileno na cor laranja com 2 faixas Refletias Branco. Altura: 75 cm. Medida da base do cone de sinalização: 40 cm x 40 cm. Massa aproximada de 3,95 kg.		UNI	10	105	104,12	19.932,60
59.	00037514	LUIVA COM BANHO EMBORRACHADA VULCANIZADA  Luva produzida em algodão, sem costura e formato anatômica, revestimento em borracha natural, vulcanizada, reforço entre o dedos polegar e indicador, resistente a cortes, perfuração e abrasão, além de excelente aderência e maleabilidade, não limita os movimentos das mãos, boa resistência a rasgamento.		PAR	90	900	19,33	17.397,00
60.	00006579	LUIVA DE COLETOR  36 cm em pvc granulada na cor verde forrada apresentando grânulos de pvc na palma para maior resistência contra cortes e abrasão.		PAR	130	1725	42,86	73.933,50
61.	00005821	LUIVA DE PANO  Algodão Malha Pano Sem Pigmentos Tamanhos: Único  Uso: Reutilizável  Formato: Anatômico Estrutura: Suporte Têxtil		PAR	75	750	5,46	4.095,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

		Modelo da Estrutura: Tricotado  Material Suporte: Algodão e fibras sintéticas Punho: Tricotado - Grip: Lisa com CA						
62.	00006829	LUVA TRICOTADA 4 FIOS DE FIBRA SINTETICA de aramida pigmentada na palma da mão, ideal para serviços especiais resistente a corte e a temperatura.	PAR	75	755	4,28	3.231,40	
63.	00011918	MASCARA P/ POEIRA  máscara respirador semi facial descartável, classe PFF com válvula CAMPER - cor azul, clipe de ajuste nasal interno. Elástico: poliéster e elastodileno. Com 3 camadas.	UNI	50	900	1,80	1.620,00	
64.	00013507	OCULOS DE PROTECAO  para usuário de máquina roçadeira com lente injetada em policarbonato com fibras UVA E UVB e haste em nylon resistente, transparente.	UNI	58	580	19,82	11.495,60	
65.	00019557	PERNEIRA de proteção ao usuário de máquina roçadeira. Perneira confeccionada em Bidin ou similar, com 3 chapas de polietileno (de acordo com as novas normas de segurança) na parte frontal da canela. Deve ser leve e ergonômica, ficando fixa e ajustada ao tamanho da perna do usuário, devendo fornecer alta proteção. Com fecho rápido, alto colante, com alta fixação.	UNI	22	220	38,77	8.529,40	
66.	00037451	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA  Um protetor auditivo, atenuação de 19dB (NRRsf); Haste resistente que mantém a pressão contínua das conchas, reforçando a vedação; almofada larga, macia e confortável com cavidade grande para melhor vedação; Conchas com guias deslizantes embutidas para melhor ajuste de altura;  Hastes com alto brilho e superfície lisa, minimiza o acúmulo de sujeira; Ideal para situações de exposição a riscos elétricos (sem partes metálicas).	PAR	17	170	62,79	10.674,30	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

67.	00037450	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG  protetor auditivo, tamanho único, em silicone grau farmaceutico, dispositivo tipo inserção, composto de um eixo com 03 flanges, onde: a primeira, a segunda e a terceira, são flanges maciças e cônicas e com dimensões variáveis, contendo um orifício no seu interior, acompanha cordão de algodão. Utilizado para proteger os ouvidos do usuário contra ruídos altos ou a entrada de água, corpos estranhos, poeira ou vento excessivo.		PAR	27	270	2,26	610,20
68.	00037441	PROTETOR LABIAL  Protetor Solar Labial FPS 45; Proteção contra os raios UVA/UVB; Vitamina E; Aloe vera, extrato de girassol; Cera de abelha.		UNI	57	570	24,72	14.090,40
69.	00041952	PROTETOR FACIAL COM TELA DE AÇO PARA ROÇADEIRAS MOTOSERRAS  Suporte Facial com Catraca, constituído de coroa e carneira de material plástico, com regulagem de tamanho através de catraca. Malha de Aço 8x 12, tela de aço com cerca de 310 mm de largura e 195 mm de altura. Malha fixada à coroa por meio de pinos.		UNI	12	120	144,98	17.397,60
70.	00041954	PROTEÇÃO PARA ROÇAR REDE TELA RETRÁTIL COM RODINHAS  Com dimensões de 3x1,5 metro, retrátil, com sistema de regulagem do comprimento diminuindo o tamanho pela metade, com manípulo de aperto. Rodas maciças, 4 rodas, Tubo galvanizado, Fácil regulagem, Desmontável, tela de nylon		UNI	5	52	2.279,05	118.510,60
71.	00041953	TELA DE REPOSIÇÃO DE PROTETOR FACIAL PARA ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS  Tela Protetor Facial Viseira de reposição - Malha de Aço 8x 12, tela de aço com cerca de 310 mm de largura e 195 mm de altura.		UNI	7	115	75,81	8.718,15



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

72.	00041978	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 46 reforçado com três costura, dorso e língua acolchoados- Cor Preta c/ Elástico nas laterais: solado de borracha nitrilica Nr. 46. Apresentar C.A.	PAR	1	5	87,82	439,10
73.	00041979	BOTINA EM COURO HIDROFUGADO Nº 46 Em PVC injetado e impermeável na cor preta, solado antiderrapante nas laterais externas do cano, acabamento interior em meia de poliéster, vulcanizada, com Forro, Cano longo Nr. 46. Apresentar C.A.	PAR	1	3	100,39	301,17
74.	00037974	CAPACETE DE SEGURANÇA fabricado em material de polietileno de alta densidade, com ajuste na cabeça de 52 a 64 cm, resistente a impactos, perfurações, choques elétricos e respingos químicos, com proteção facial e auricular e certificado de aprovação emitido pelo INMETRO.	UNI	25	250	78,66	19.665,00
75.	00041954	PROTEÇÃO PARA ROÇAR REDE TELA RETRÁTIL COM RODINHAS Com dimensões de 3x1,5 metro, retrátil, com sistema de regulagem do comprimento diminuindo o tamanho pela metade, com manípulo de aperto. Rodas maciças, 4 rodas, Tubo galvanizado, Fácil regulagem, Desmontável, tela de nylon	UNI	1	18	2.279,05	41.022,90
76.	00006579	LUVA DE COLETOR 36 cm em pvc granulada na cor verde forrada apresentando grânulos de pvc na palma para maior resistência contra cortes e abrasão.	PAR	130	575	42,86	24.644,50
		TOTAL					1.138.444,62

## 2. JUSTIFICATIVA



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

Para viabilizar a operacionalização de seus serviços e deveres com a população, esta Secretaria de Serviços Públicos necessita movimentar recursos para a Aquisição Eventual De Equipamento De Proteção Individual – EPIs e Equipamento de Proteção Coletiva - EPCs para os servidores ocupantes do cargo auxiliar de limpeza pública, auxiliares de serviços gerais, eletricitistas, operadores de máquinas pesadas e motoristas no uso das atribuições de varrição, coleta de resíduos sólidos urbanos, capina, roçagem, caiação/pintura de meio fio, limpeza de banheiros e prédios públicos, jardinagem, corte de árvore, poda de árvore, retirada de areia, limpeza de praia, desentupimento de valas, galerias pluviais, serviços de ajudante de pedreiro entre outras, é de extrema importância para garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados à população. Ressaltamos ainda, que os equipamentos, visam inibir a ocorrência de acidentes a terceiros, uma vez que, na execução de algumas atividades, a falta de sinalizadores e de contenções podem machucar cidadãos ou causar avarias em veículos que transitem próximo.

Estes servidores desempenham um papel fundamental na manutenção da limpeza e higiene das cidades, realizando diversas atividades como descrito acima. Para que possam desempenhar suas funções de forma segura e eficaz, é essencial que esses trabalhadores tenham acesso ao material adequado, como luvas, máscaras, uniformes, equipamentos de proteção individual, etc.

Portanto, a contratação desses materiais se mostra como uma medida essencial para garantir não apenas a saúde e segurança dos servidores, mas também a qualidade dos serviços prestados à comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população como um todo.

Os EPIs e EPCs são fundamentais para prevenir acidentes de trabalho, como quedas, cortes, queimaduras e exposição a agentes químicos nocivos à saúde. Além disso, são indispensáveis para proteger os trabalhadores de doenças ocupacionais, como a dermatite de contato, surdez ocupacional, lesões por esforço repetitivo, entre outras, haja vista que ao executar tais atividades os servidores enfrentam uma série de riscos ocupacionais. Neste sentido, a contratação do fornecimento de EPIs e EPCs, se mostram essenciais para garantir a saúde e a integridade física dos profissionais, contribuindo para a produtividade e o bem-estar no ambiente de trabalho. Além disso, a aquisição destes equipamentos é uma medida de responsabilidade social por parte deste Órgão Público, demonstrando zelo pelo seu quadro de funcionários. Configurando-se como uma ação de interesse público, visando assegurar a segurança e a saúde dos trabalhadores, fortalecendo a relação de confiança entre empregador e colaborador e contribuindo para a preservação da integridade física e mental dos indivíduos.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

O uso de EPIs e EPCs é fundamental para proteger os profissionais individualmente, reduzindo qualquer tipo de ameaça ou risco ao trabalhador. Essa proteção é garantida pela Norma Regulamentadora 6 (NR-6), que estabelece a obrigatoriedade de fornecimento gratuito dos equipamentos de proteção aos trabalhadores para o desempenho de suas funções no local de trabalho em perfeito estado de conservação e funcionamento sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho. Não se trata, portanto, de mera faculdade, mas de exigência normativa prevista, inclusive, na legislação trabalhista (Art. 389, IV, da CLT) e conforme recomendações da Organização Internacional da Saúde (OIT), do Ministério do Trabalho e Previdência e segundo a lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977.

Conforme a NR-6, é responsabilidade do empregador:

- a) adquirir EPIs adequados aos riscos de cada atividade;
- b) exigir o uso dos equipamentos;
- c) fornecer apenas equipamentos aprovados pelo órgão nacional competente em segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar os trabalhadores para o uso, guarda e conservação dos EPIs e EPCs;
- e) substituir imediatamente os equipamentos danificados ou extraviados;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica;
- g) comunicar irregularidades ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e
- h) registrar o fornecimento de EPIs aos trabalhadores, por meio de livros, fichas ou sistemas eletrônicos.

Também cabe ao trabalhador cumprir as seguintes responsabilidades:

- a) utilizar os EPIs apenas para a finalidade a que se destinam;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos;
- c) comunicar ao empregador alterações que tornem os EPIs impróprios para uso; e
- d) seguir as determinações do empregador quanto ao uso correto dos equipamentos.

Adicionalmente, é obrigação do superior hierárquico garantir que os profissionais façam o uso adequado dos EPIs e EPCs durante todo o expediente, conforme as determinações da organização.

A aquisição dos EPIs e EPCs é imprescindível para assegurar a eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços públicos. A ausência desses itens compromete a qualidade dos serviços, expõe os servidores a riscos de acidentes e doenças ocupacionais, e pode acarretar sanções legais e financeiras ao município. Além disso, impacta diretamente a população, uma vez que a ineficiência na limpeza urbana pode resultar no acúmulo de lixo, proliferação de pragas e aumento de doenças.

Registra-se que a aquisição se justifica, ainda, pela necessidade de reposição do estoque de materiais do almoxarifado, sem a qual poderá haver prejuízo às atividades desenvolvidas pela administração pública municipal.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Atualmente, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos conta com aproximadamente 212 servidores, entre estatutários e contratados. Considerando as demandas das Secretarias de Interior, Administração Regional de Itaipava/Itaoca e Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, bem como o fato de que a previsão de aquisição visa atender um período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, conforme disposto no Art. 84 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se o quantitativo solicitado.

A interdependência entre diferentes secretarias é crucial para otimizar recursos e alcançar economias de escala significativas. Ao coordenar contratações conjuntas, há uma oportunidade real de reduzir custos operacionais, beneficiando-se de descontos por volume e negociando melhores termos contratuais.

A colaboração entre secretarias não apenas facilita a otimização de recursos financeiros, mas também promove uma utilização mais eficiente de habilidades e conhecimentos especializados. Por exemplo, ao unir esforços na aquisição de suprimentos, é possível consolidar demandas e negociar preços mais vantajosos com fornecedores externos.

Para reforçar essa estratégia, estão previstos documentos que destacam não apenas o histórico de consumo anterior, mas também projeções cuidadosamente elaboradas sobre o consumo futuro. Esses documentos fortalecerão a argumentação para a interdependência entre secretarias, destacando não só a economia imediata, mas também a eficiência a longo prazo.

A união de esforços fortalece a posição de negociação e permite um uso mais inteligente dos recursos disponíveis, maximizando o impacto positivo nas operações de cada secretaria. A interdependência é, portanto, um elemento fundamental para promover uma gestão eficaz e econômica dentro da estrutura governamental.

Dessa forma, serão consideradas as últimas formalizações para aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), tendo em vista que, em gestões anteriores, não houve uma análise criteriosa quanto à necessidade de incluir Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) nos processos licitatórios. Essa omissão, além de imprudente, vai de encontro às disposições legais vigentes, que determinam a priorização de medidas coletivas de proteção antes das individuais, conforme estabelece a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho e demais legislações correlatas.

Portanto, faz-se essencial a adoção de uma abordagem mais cautelosa e em conformidade com a lei, garantindo que os processos futuros considerem tanto os EPCs quanto os EPIs, assegurando melhores condições de segurança e saúde para todos os envolvidos.

Para o quantitativo estimado para compra, usou-se por base, o cálculo dos nos anos anteriores como referência. Proj. Bás./TR 000255/2021 gerenciado pela Sec. de Gerência Geral, que



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

auxiliou no fornecimento dos EPIs e o Proj. Bás./TR 000996/2022 gerenciado por esta SEMUSP.

Constar-se-á, junto ao cálculo das demandas desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos, as demandas das Secretarias Municipais de: Administração Regional de Itaipava/Itaoca, Obras e Urbanismo e Interior.

Os quantitativos necessários para os uniformes, incluindo camisas de manga curta, calças com especificação em tactel e botinas, terá sua previsão de fornecimento em quantidade dobrada, sendo acrescido o quantitativo entre 1 (um) a 20 (vinte) unidades, prevendo-se eventualidades. Tal medida é justificada por diversas razões, alinhadas à necessidade de proporcionar condições adequadas de trabalho e bem-estar aos servidores, conforme as disposições legais e normativas que garantem a dignidade e segurança no exercício de suas funções.

Entre as principais motivações, destacam-se as condições adversas enfrentadas no dia a dia de trabalho, como sujeira causada por poeira, lama, detritos, lixo, suor e areia, que frequentemente comprometem a limpeza e o estado dos uniformes. Além disso, a utilização de uniformes sujos compromete a salubridade, podendo expor o servidor a riscos à saúde, como infecções e contaminações. Tal situação caracteriza desrespeito à manutenção da saúde e da dignidade humana, o que fere os princípios constitucionais, como o disposto no artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, que assegura a redução dos riscos inerentes ao trabalho.

De igual modo, normas regulamentadoras, como a NR-24, que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, reforçam a obrigação do empregador de fornecer condições adequadas para que os trabalhadores mantenham sua higiene pessoal e integridade. Ademais, a impossibilidade de lavar e secar as peças devido ao curto intervalo entre as jornadas agrava ainda mais o quadro, especialmente em situações onde os uniformes, por estarem danificados ou inutilizáveis, deixam o servidor sem opções de vestimenta, comprometendo sua segurança, saúde e respeito às condições de trabalho.

A previsão de fornecimento dobrado, portanto, é medida essencial e legítima para assegurar não apenas a continuidade das atividades, mas também a dignidade, salubridade e saúde desses profissionais indispensáveis, em observância aos princípios constitucionais e normativos que regem as relações laborais. Ademais, foram acrescidos um média entre 3 a 7 quantidades extras, a depender da quantidade total solicitada, tendo em vista a previsão de reposições por ocorrências de imprevistos, tais como: uniforme rasgado ou furado na execução de serviços como capina próximo a arame farpado ou por galho de árvores, troca emergencial de uniforme ao manuseamento de resíduos de lixo urbano, ao qual, ocorre o descarte indevido



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

de animais de pequeno porte, que ao incharem, explodem no servidor e devido a liberação de calçados devidos a ocorrência de danos por material cortante.

Os documentos; Proj. Bás./TR 000255/2021, Proj. Bás./TR 000996/2022 e documentos de demanda das demais Secretarias, constar-se-á aos anexos.

Dessa forma, diante da urgência em garantir a proteção destes servidores, torna-se imperativo o fornecimento imediato dos Equipamentos de Proteção Individuais a serem relatados neste Estudo.

#### 3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E QUANTIDADE

Tabela de com as especificações e quantitativo.

#### 4. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

Poderão participar deste processo de contratação, empresas do ramo de atividades relacionadas ao objeto, que não possuam sanção que impeça sua contratação, bem como, estejam devidamente regularizadas com as Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, com o FGTS e Justiça do Trabalho;

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

O requisito básico para contratação da (as) empresa (as) fornecedora (as) dos EPIs e EPCs é que os produtos solicitados estejam de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e que tenham registro junto ao Ministério do Trabalho e Previdência, atendendo aos seus normativos (Norma Regulamentadora – 06), com Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo órgão nacional competente;

Além dos encargos de ordem legal e demais assumidos nas condições do contrato a ser firmado, e sem alteração dos preços estipulados, obrigar-se-á ainda, a contratada:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local dentro dos padrões exigidos constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, sem custos adicionais;

Comunicar à Contratante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

O não cumprimento do prazo previsto deve ser motivo justo, sob pena de sobrevir as medidas previstas nos artigos da Lei 14.133;

Manter durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato/SRP, disponibilizando o nome, telefone e e-mail;

Atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental;

Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.936/2022, que institui a política de resíduos sólidos, no que couber;

Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

Fornecer o objeto no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

Executar o objeto licitados de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital;

Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre a Ata, bem como as necessárias para a completa execução da mesma;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o produto em que se verifique desconformidade ao estabelecido no edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, sem custos adicionais;

Responder as notificações no prazo estabelecido;

Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade do serviço ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros;

Reparar ou substituir o produto cuja verificação do defeito só se tenha tornado possível o conhecimento no decorrer de sua utilização, desde que comprovada sua existência, sem custos adicionais;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

Durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço – ARP, a supressão ou acréscimo de quantidade do objeto da presente licitação, os quais originaram os contratos, estes estarão sujeitos aos limites do artigo 124, 125, 126 da Lei 11.133/21;

Realizar a entrega do objeto licitado, ainda que em quantidades inferiores ao inicialmente previsto;

Responsabilizar-se pela qualidade do produto, arcando com encargos decorrentes por descumprimento dessa obrigação;

É vedada a subcontratação ou cessão parcial ou total para outra empresa do objeto deste edital;

Assinada a ARP, a licitante vencedora providenciará a execução do objeto mediante solicitação das secretarias participantes, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço e respectivo empenho.

#### 5. LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DO BEM

A execução do objeto será mediante requisição das secretarias municipais que aderirem a ARP por meio de AFs, de acordo com data da ordem de fornecimento e empenho;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Deverá ser entregue nas Secretarias requisitantes que aderirem a ARP por meio de AFs ou local a combinar.

Secretaria Municipal de Serviços Públicos;  
Secretarias Municipal de Interior;  
Secretaria Municipal de Administração Regional de Itaipava/Itaoca;  
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.  
Horário de funcionamento : Das 07:00h às 16:00h

#### 6. PRAZO DE ENTREGA OU INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Em até 10 (dez) dias após o empenho e a emissão de autorização de fornecimento, de forma parcelada, de acordo com a necessidade solicitada pelas Secretarias participantes;

#### 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O (s) objeto (s) do contrato será (ão) recebido (s):

Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

O (s) objeto (s) do contrato poderá (ão) ser rejeitado (s), no todo ou em parte, quando estiver (em) em desacordo com o contrato/SRP. Os mesmos deverão ser conferidos, testados e devidamente aprovado pelo setor competente, após este rito, comprovado à similaridade dos produtos entregues com as especificações técnicas contidas neste Termo de referência e Edital, será realizado ateste da nota fiscal de produto;

O prazo para recebimento provisório e definitivo será de 03 dias e os métodos utilizados serão os contidos no Edital, Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência;

Os custos de deslocamento relacionados à entrega ou troca de produtos que não atendam às especificações do Termo de Referência e do Edital serão de responsabilidade da empresa contratada.

#### 8. VIGÊNCIA



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

O contrato/SRP será vigente por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado caso haja valores a serem utilizados;

#### 9. GARANTIA CONTRATUAL

A critério da autoridade competente, Comissão Permanente de Licitações ou Agente de Contratações.

#### 10. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

Em conformidade com o estipulado para cada produto/material/item.

#### 11. INDICAÇÃO DE FISCAL

A fiscalização dos materiais se dará por servidor devidamente designado para este fim, mediante registro;

As secretarias municipais que aderirem a ARP por meio de AFs, deverão designar servidor para fiscalizar os materiais recebidos, bem como para a fiscalização ao recebimento das respectivas notas fiscais e liquidações;

Os fiscais serão designados por cada Secretaria que aderirem a ARP por meio de AFs, mediante publicação em diário Municipal oficial, após publicação das ARP.

#### 12. ESTIMATIVA DE CUSTO

Tabela de especificações com o quantitativo, valor unitário, valor total e valor geral.

#### 13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS -SEMUSP

Fonte Recurso: 170400000000-AAAA - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REF...

Ficha fonte: 0000290 - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Dotação orçamentária: 010017.041220322.096.33903000000.170400000000-AAAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTERIOR - SEMINT

Fonte Recurso: 170400000000-AAAA - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REF

Ficha fonte: 0000741 - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Dotação orçamentária: 034034.041221692.335.33903000000.170400000000-AAAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO REGIONAL ITAIPAVA/ITAOCA -SEMAR

Fonte Recurso: 170400000000-AAAA - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFER

Ficha fonte: 0000597 - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Dotação orçamentária: 022035.041220302.028.33903000000.170400000000-AAAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO – SEMOU

Fonte Recurso: 170400000000-AAAA - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REF...

Ficha fonte: 0000456 – 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Dotação orçamentária: 014024.041220272.177.33903000000.170400000000-AAAA

#### 14. AMOSTRA

Em conformidade com o inciso II e parágrafo único do art. 41 da Lei 14.133/2021, o (os) vencedor (es) do processo licitatório:

Deverá (ão) ser ofertado (os) pela (as) empresa (as) vencedora (as) uma amostra do produto acima citado;

A entrega de amostra faz-se necessário para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas no Termo de Referência;

A amostra deverá ser entregue nesta Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

#### **O prazo para entrega das amostras será de 03 (três) dias;**

A amostra não fará parte do montante final, portanto não deve ser descontada da quantidade total a ser enviada;

A amostra, aprovada ou não, deverá ser retirada pelo licitante em até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação ou recusa da mesma, caso não seja retirada pelo licitante, a amostra será descartada;

Será recusado o material da licitante que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

Poderá ser solicitado folder ou prospector, caso seja necessário para averiguação das conformidades quanto ao cumprimento das especificações de cada item;

O item 70 do Estudo Técnico Preliminar, exibido ao Termo de Referência ao item 70, código 41954, poderá ser entregue folder ou prospector;

O material final entregue deverá estar idêntico à amostra aprovada. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

O fornecedor (es) vencedor (es) poderá (ão) ser excluídos do processo licitatório, mesmo com o menor preço, caso seu produto não atenda às especificações descritas no edital, que esperasse ser idêntica à do Termo de Referência;

Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado;

A comissão provisória de amostras deverá ser composta por 2 (dois) servidores da Secretária de Serviços Públicos, (1) servidor da Secretaria Municipal de Administração Regional de Itaipava/Itaoca e 1 (um) servidor da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

#### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Em conformidade com o que preceitua a Lei. Constar-se-á ao Contrato da ARP.

#### 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Em conformidade com o que preceitua a Lei. Constar-se-á ao Contrato da ARP.

#### 17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Após 30 (trinta) dias da entrega e emissão da Nota Fiscal.

#### 18. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Deverão ser conferidos, testados (caso haja necessidade), observar as recomendações previstas em lei, comprovando a similaridade dos produtos entregues com as especificações técnicas. Deverá ainda, observar e anotar se a quantidade solicitada a AF e compatível com a



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

quantidade entregue. Somente após estes ritos, o material/produto será devidamente aprovado pelo Fiscal representante da Secretaria responsável pela AF.

#### 19. SANÇÕES

Em conformidade com o que preceitua a Lei. Constar-se-á ao Contrato da ARP.

#### **MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Praça Domingos José Martins, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.168/0001-70, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito ....., brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, juntamente com a Secretaria ....., de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., neste ato representado legalmente pelo Sr. ...., CPF ....., RG nº ....., denominado FORNECEDOR, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 014/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo do Edital de Pregão Eletrônico nº 014/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

#### **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### **11- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1-1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.1-2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 11.1-3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1-4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.1-5 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.1-6 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 11.1-7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 11.1-8 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.1-9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 11.1-10 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 11.1-11 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 11.1-12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 11.1-13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.1-14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.1-15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 11.1-16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1-17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.1-18 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 11.1-19 Não permitir a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1 São obrigações da CONTRATANTE:

- 12.1-1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1-2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.1-3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.1-4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.1-5 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.1-5-1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.1-5-2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.1-5-3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 12.1-5-4 Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.1-6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.1-7 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

12.1-8 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13. CONDIÇÕES GERAIS**

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO *EDITAL*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

#### MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

O **MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Praça Domingos José Martins, inscrito no CNPJ sob o nº 27.174.168/0001-70, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito ....., brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, juntamente com a Secretária ....., doravante denominado CONTRATANTE, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº ....., com sede na ....., neste ato representado legalmente pelo Sr. ...., CPF ....., RG nº ....., e o(a), doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por ....., conforme atos constitutivos da empresa,,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n 014/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- a) - entrega deve ocorrer em conforme solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou de sua publicação, valendo o que ocorrer primeiro.
- b) - Para fins de prorrogação do prazo de entrega, só serão analisados, pela autoridade competente, os pedidos solicitados formalmente
- c) antes de findado o prazo fixado, nos termos do art. 140 da Lei 14.133/2021.
- d) - Os produtos deverão ser entregues de forma única, acompanhados de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço, em embalagem original, sem avarias, devendo ser identificados com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características, quais sejam: qualidade, quantidade, composição, prazo de garantia e origem;
- e) - Os produtos deverão estar adequadamente embalados de forma a preservar suas características originais e atender às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, bem como às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- f) - A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado o produto que estiver com alguma
- g) característica diferente das especificações;
- h) - Verificada alguma irregularidade, o produto será devolvido, ficando o custo do transporte por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- i) - A entrega dos produtos no local indicado ficará a cargo da CONTRATADA, a quem caberá providenciar o transporte e mão de obra necessária, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- j) - A CONTRATADA deverá entregar os produtos de maneira que seja possível conferir, separadamente, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92. V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92. V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92. V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92. X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 3º dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**
- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. A Contratada terá o de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.19. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da contratada convocada, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII) E FISCALIZAÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10.2. Fiscais responsáveis pela execução deste Contrato:

a) Nome: Francieli Lourenco Gomes Paiva - Matrícula 209647-12

b) Cargo: Subsecretária de Direitos do Cidadão

II- Suplente:

a) Fiscal: Patricia Candal Brandao Wingler - Matrícula 212277-01

b) Cargo: Diretora de Departamento

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 -*  
[www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)

---

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
  - 1. Moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
  - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
  - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



---

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMIRIM

*Praça Domingos Jose Martins S/Nº - Centro - Itapemirim / ES CEP: 29330-000 CNPJ: 27.174.168/0001-70 - [www.itapemirim.es.gov.br](http://www.itapemirim.es.gov.br)*

---

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025** (Processo Administrativo nº. 7461/2025)

---

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itapemirim-ES, xx de xxx de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-